

UMA DISSERTAÇÃO SOBRE A REVOLTA DE BECKMAN

José de Ribamar C. Caldeira
(Univ. Federal do Maranhão)

Alguns dos mais importantes acontecimentos que marcaram a história colonial brasileira ainda se acham pouco estudados. Por essa lacuna tem sido responsável, em grande parte, a relativa dificuldade de acesso aos documentos originais daquele período, por se encontrarem os mesmos, em sua larga maioria, nos arquivos estrangeiros, o que dificulta a tarefa da pesquisa, sobretudo pelos altos custos de seu financiamento.

Por essa razão, poucos são os estudiosos que conseguem dedicar-se à investigação de aspectos ligados àquela longa etapa da história brasileira que não se contentam apenas com o exame de alguma literatura existente sobre o período, como também das poucas fontes que se encontram nos arquivos nacionais.

Ao escolher um tema tão caro à história do período colonial maranhense – a revolta de Beckman, ocorrida entre 1682 e 1684 – Maria Liberman se interessou pelo estudo daquele acontecimento, conforme suas próprias palavras, pela “atenção que este nos causou após as primeiras leituras e o ‘suspense’ que toda a história do Maranhão desse período apresenta aos que procuram conhecê-la”. (**O Levante de 1684 – Um judeu cabeça do motim: Manoel Backman**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo em junho de 1982).

Assumido o desafio, procurou seguir a autora, de perto, a melhor fonte para sua orientação, no caso, João Francisco Lisboa que, dentre os clássicos da historiografia brasileira, elaborou a melhor análise sobre aquele movimento. Em seu estudo sobre a revolta de Beckman, o historiador maranhense entrevistou, nela, o resultado dos abusos do poder econômico e político da Metrópole lusitana que, através de seus representantes na Colônia americana, espoliava e subordinava em excesso os habitantes desta. Por essa razão – a espoliação daqueles habitantes legitimada pela Coroa portuguesa através do estanco – João Lisboa entrevistou, na revolta do Maranhão de 1684, um movimento social de certa envergadura por apontar as contradições da dominação econômica e políticas da Coroa portuguesa, como nenhum historiador antes dele o havia feito, incluindo-se, entre estes, Bernardo Pereira de Berredo, mais um cronista oficial que um analista crítico, dadas as suas ligações com o governo metropolitano.

Seguindo a orientação de João Francisco Lisboa (**Crônica do Brasil Colonial – Apontamentos para a história do Maranhão**, Petrópolis,

Editora Vozes/INL, 1976, pp. 425/490), a autora entrevistou o seu tema de estudo segundo a perspectiva daquele historiador, oferecendo ao leitor um quadro vivo e de muito interesse sobre o jogo de poder da Igreja, dos governantes e dos grupos dominantes da sociedade maranhense daquela época, bem como a movimentação dos setores populares no conjunto das articulações sociais típicas de um núcleo da sociedade colonial brasileira.

Contudo, é verdade que a autora não chegou a explorar com maior intensidade alguns aspectos da estrutura da sociedade por ela analisada, que lhe permitisse indicar, entre outros fatores, as diversas categorias profissionais, nem também o modo como se regulavam as relações de trabalho numa sociedade onde a escravaria de origem africana era ainda muito escassa, repousando o trabalho sobretudo na exploração indígena, objeto da disputa entre proprietários rurais, jesuítas, agentes do governo e pessoas que exerciam pequenos negócios.

Por outro lado, entretanto, traçou em linhas vigorosas, os perfis do Padre Antônio Vieira e de Beckman que foram, sem dúvida, as figuras que dominaram a cena política e social do Maranhão da segunda metade do século XVII. Nesse sentido, os dois personagens surgem como agentes que lutavam por conferir ao empreendimento colonial português na América as bases econômicas e políticas que consolidassem a economia mercantil e, conseqüentemente, o poder de Portugal, consolidação aquela atravancada pela má administração dos domínios deste. E, nessa perspectiva, mais do que Vieira, conforme deixa a autora sugerir, Manoel Beckman emerge como um dos primeiros personagens da História brasileira que se ligaram a uma luta no sentido de desenvolver as forças produtivas da Colônia de modo a propiciar benefícios materiais a todos os agentes humanos habitantes da Colônia. Feita essa observação, pode-se inferir, do pensamento de Beckman, uma tendência “liberal” que se formava entre algumas personalidades que previam, na expansão do sistema mercantil, uma possibilidade de superação de algumas das principais contradições que **marcavam** de modo persistente a superação da economia feudal. Cumpre observar, entretanto, que na sua linha de pensamento, não se insinuava uma tendência ao “nacionalismo”, nem, por outro lado, era Beckman um **inconfidente**, conforme o explica a autora: “Não temos elementos suficientes para nos pronunciar sobre Beckman como tendo sido inconfidente ou não. Tudo leva a crer que o seu levante visava resolver determinadas injustiças locais que lhe pareciam insustentáveis” (p. 128). Por isso, seu movimento contou com o apoio popular.

A revolta de Beckman completa três séculos e constituiu, inegavelmente, a primeira revolta popular da história colonial brasileira. Num momento coincidente com essa data, Maria Liberman contribuiu para recuperar aquele movimento e a figura do seu líder, suscitando o nosso interesse pelo estudo de um episódio tão pouco analisado.

Entretanto, alguns reparos podem ainda ser acrescentados à apreciação ora feita. Entre eles, podem ser citados (e que a autora ainda pode explorar com mais vagar), por exemplo, a análise mais detalhada dos conceitos de **revolta**, **motim**, **rebelião** e **revolução**, a fim de dar mais consistência teórica à classificação que ela adota para o movimento (no caso, **motim**); também poderia desenvolver melhor a caracterização do **sistema colonial** no período por ela analisado, dado que este, embora pareça constituir uma unidade histórica determinada pelo tipo de dominação política exercida pelo Estado português ao longo de vários séculos, contudo, ao nível da economia parece não constituir uma mesma unidade e, finalmente, a inclusão de maiores detalhes da documentação compulsada, dentre o que se destaca a original carta de Beckman dirigida ao Rei D. Pedro II de Portugal.

Concluindo, a dissertação de Maria Liberman aparece em ocasião muito oportuna porque, além de constituir um trabalho voltado para o estudo de um episódio pouco investigado, se apresenta como a análise de um acontecimento que ilustra as contradições sobre as quais repousavam as relações econômicas, sociais e políticas de uma dada etapa das relações da Metrópole portuguesa com sua colônia americana, bem como de um dado momento da sociedade colonial brasileira.

*